

Algarve: Núcleo da Associação dos Médicos Católicos Portugueses refletiu sobre a eutanásia

[Agência Ecclesia](#)

01 de Junho de 2016, às 14:14



Foto: Samuel Mendonça/'Folha do Domingo'

Debate decorreu no Hospital de Faro

Faro, 01 jun 2016 (Ecclesia) – O núcleo algarvio da Associação dos Médicos Católicos Portugueses (AMCP) promoveu um colóquio sobre a eutanásia, numa abordagem médica e religiosa, no auditório do hospital de Faro.

“Protegem-se os animais, as plantas, as dunas, até os que fazem mal às culturas como os microanimais também que são infestantes, mas, paradoxalmente, em relação ao homem muitas vezes não há essa proteção”, referiu presidente do núcleo do Algarve da AMCP.

Em informação enviada à Agência ECCLESIA, o jornal ‘Folha do Domingo’ refere que José Santos Matos lembrou as “multinacionais interessadas em lucros económicos” que “obrigam” a humanidade a consumir coisas bastante negativas “como produtos alimentares, bebidas e outros, carregados de elementos que fazem mal”.

O médico que congratulou a “cultura de proteção da natureza e da vida” existente na sociedade atual lamentou que muitas vezes o sentimento não seja o mesmo em relação ao ser humano.

“A eutanásia também vem no seguimento desse estado de agressividade ao ser humano, querendo provocar-lhe a morte, não deixando que a pessoa viva a vida que a natureza lhe proporciona com fins que, em princípio, serão economicistas”, acrescentou presidente do núcleo do Algarve da AMCP, José Santos Matos.

A iniciativa intitulada ‘Eutanásia – Abordagem Médica e Religiosa’ contou com a presença do bispo do Algarve, D. Manuel Quintas, do cónego Joaquim Nunes, sacerdote algarvio que alertou que na discussão sobre a eutanásia se está a tentar convencer a opinião pública da necessidade da sua legalização porque trata-se de “dar a morte” por “compaixão”.

“É assim que se «doira a pílula» – para eliminar os sentimentos extremos, evitar às crianças anormais, aos incuráveis, aos doentes mentais o prolongamento de uma vida penosa, talvez por muitos anos, que poderia trazer encargos pesados quer à sociedade, quer às famílias”, desenvolveu.

O cónego Joaquim Nunes destacou o “imperativo do homem e do cristão afirmar com firmeza e coragem” que a eutanásia trata-se de “uma violação da lei natural como uma violação da lei divina”, uma ofensa à dignidade e à verdade da pessoa humana, “no fundo um crime contra a vida, um atentado à humanidade”.

Por sua vez, o presidente da Associação da Medicina de Proximidade, José Mário Martins, considerou que a eutanásia é a “morte farmacologicamente provocada”.

No auditório do hospital de Faro, o médico estomatologista disse que importa decidir se se legaliza ou não que alguém possa pedir a outro que “lhe administre um fármaco que lhe vai provocar a morte”.

“Enquanto sociedade, o que é que queremos oferecer às pessoas quando chega o momento do fim da vida? É aqui que devemos centrar a nossa discussão”, indicou, defendendo a legislação da figura do “cuidador informal”.

No colóquio Fátima Teixeira, coordenadora da equipa de apoio em cuidados paliativos do Agrupamento de Centro de Saúde Sotavento, [defendeu](#) que em vez da legalização da eutanásia “é preciso investir” nessa especialidade médica.

“Mas por que é que não existe um manifesto a pedir cuidados paliativos obrigatórios a todos?”, questionou a médica, constatando que 80% dos portugueses não têm cuidados paliativos.

“Uma sociedade que oferece em primeiro lugar a morte em vez de oferecer o alívio do sofrimento é uma sociedade que tem de pensar duas vezes”, [alertou](#) ainda Fátima Teixeira, na iniciativa do núcleo algarvio da AMCP, a 24 de maio.